

OS PROJETOS EM PAUTA

JORNAL DA TARDE

18 JAN 1993

Veja abaixo a situação no Congresso dos principais projetos de interesse do governo:

● **Ajuste fiscal** — Os líderes dos partidos na Câmara promovem hoje uma nova rodada de negociações, mas não há expectativa de acordo sobre a criação do IPMF, com o qual o governo espera arrecadar 7 bilhões. Só existe consenso para pontos menos polêmicos, que não criam receita para a União. São necessários 302 votos para aprovar o novo imposto. A votação está marcada para amanhã.

● **Portos** — A votação do projeto de modernização dos portos deve ocorrer amanhã, se não houver novo pedido de adiamento dos líderes do PSDB, Mário Covas, e do PMDB, Humberto Lucena, que querem fechar acordo acomodando as propostas das comissões de Economia e de Constituição e Justiça do Senado com o texto aprovado na Câmara. O Palácio do Planalto defende o fim do monopólio dos serviços avulsos, hoje em poder dos sindicatos; e a abertura dos terminais privados para cargas de terceiros. Se receber alterações, o projeto terá que voltar para nova votação na Câmara.

● **Plebiscito** — Os integrantes da frente presidencialista vão tentar mudar a cédula do plebiscito e a forma da campanha aprovadas

na Câmara, porque se sentiram prejudicados. O presidente da Frente Parlamentarista Ulysses Guimarães, senador José Richa (PSDB-PR), defende a ideia de deixar o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidir sobre o mode-

lo da cédula, caso não haja consenso. O projeto de regulamentação, que já foi lido em plenário, será votado amanhã.

● **Licitações** — O projeto com novas regras para licitações e contratos públicos, aprovado em junho na Câmara, foi substituído pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), líder do governo, que tornou o mecanismo ainda mais rígido. Simon procurou favorecer as micro e pequenas empresas nas licitações feitas pela União e restringiu ao máximo a subcontratação de serviços nas obras públicas. No novo texto foram também eliminadas as licitações de preço-base e de melhor técnica, permanecendo apenas os tipos de menor preço e de técnica e preço. O texto terá que ser votado pela Câmara antes de ser sancionado pelo presidente.

● **Concessões de serviço públicos** — O exame desse projeto, aprovado em junho na Câmara, dependerá da sanção das novas normas para licitações públicas, ao qual terá que se adaptar. O governo pretende com essa proposta impedir a exclusividade na exploração dos serviços de transporte rodoviário e regulamentar as concessões na área de geração e distribuição de energia, conservação de estradas, parques e jardins, transporte coletivo e de gás e telecomunicações.



Câmara dos Deputados

Hoje

Não há votações. Somente discursos.

Amanhã

Na pauta consta a proposta do ajuste fiscal. Também podem ser discutidas as emendas do Senado ao projeto da lei orgânica do Ministério Público da União. Na quarta-feira, em sessão extraordinária, poderá ser concluída a votação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que vem sendo votada, por partes, há cerca de dois meses.

Senado

Hoje

Estarão na pauta os projetos sobre a modernização do sistema portuário, a regulamentação da construção e exploração de instalações portuárias rudimentares e a regulamentação do plebiscito do dia 21 de abril, para escolha da forma e do sistema de governo. O projeto já foi aprovado pela Câmara. Devido à dificuldade de quórum hoje, essas mesmas matérias serão examinadas amanhã.